



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL:  
UM ESTUDO DE CASO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJ-RJ

Leonardo Silva Pinto

Rio de Janeiro  
2025

LEONARDO SILVA PINTO

OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL:  
UM ESTUDO DE CASO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJ-RJ

Artigo científico apresentado como exigência de  
conclusão de Curso de pós-graduação *Lato-Sensu*  
da Escola da Magistratura do Estado do Rio de  
Janeiro. Professores Orientadores:  
Ubirajara da Fonseca Neto  
Rafael Mario Iório Filho

Rio de Janeiro  
2025

## **OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES DO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL: UM ESTUDO DE CASO À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJ-RJ**

Leonardo Silva Pinto

Advogado. Graduado em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Pós-graduado em Direito Penal e Processual Penal pelas Faculdades Integradas a Vez do Mestre.

**Resumo** – Cuida o presente estudo do exame dos meios de impugnação das decisões do Juízo da Execução. São apresentados, sem pretensão de exaurimento, os principais meios utilizados para impugnar tais decisões e a maneira como os Órgãos Fracionários do TJ-RJ recebem e tratam essas insurgências. A fim de demonstrar como essas questões são apresentadas na praxis forense é descrito um *case*, oriundo de decisão prolatada pelo Juízo da Execução, que em decisão conjunta determinou a transferência de 26 (vinte e seis) presos para o Sistema Prisional Federal. A referida decisão teve o condão de levar aos Órgãos Fracionários as irrisignações de quase todos os presos, sendo possível aferir a resposta jurisdicional das Câmaras Criminais às questões postas. Por derradeiro, são apresentadas soluções voltadas a uniformizar, senão a jurisprudência da Corte, ao menos formas de racionalização dos trabalhos.

**Palavras-chave** – Execução Penal. Recurso de agravo em Execução Penal. Lei 7.210/84

**Sumário** – Introdução. 1. Os meios de impugnação das decisões do Juízo da Execução: a sistemática do recurso de agravo previsto no art. 197 da Lei 7.210/84 e seus substitutos processuais. 2. Um estudo de caso: uma decisão conjunta do Juízo da Execução e seus reflexos nos Órgãos Fracionários à luz da Jurisprudência do TJ-RJ. 3. A função da jurisprudência no âmbito de regulamentação do recurso de agravo: reflexos na execução da pena. Conclusão. Referências.

### **INTRODUÇÃO**

A Lei de Execução Penal – 7.210/84 prevê em seu art. 197 que “Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”

Todavia, embora pareça que o legislador tenha optado pela utilização do recurso de agravo de forma taxativa, a praxis forense revela coisa diversa: existem outros meios de impugnação das decisões do Juízo da Execução, o que se extrai da própria legislação de regência, que no seu art. 2º preconiza “A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.”

Nesse contexto, a própria Lei permite que sejam utilizados outros recursos previstos no Código de Processo Penal, além de expedientes não previstos em Lei, como o pedido de

reconsideração, além daqueles aforados diretamente junto ao Órgão Revisor, a exemplo do *habeas corpus* ou medidas cautelares inominadas, dentre os mais utilizados.

O presente trabalho tem por justificativa apresentar soluções que visem à uniformização do sistema recursal em matéria de Execução Penal, de modo a tornar efetivos os pronunciamentos dos Órgãos Fracionários do TJ-RJ.

Nessa tessitura, surgem questionamentos. Quais são os meios de impugnação das decisões do Juízo da Execução? Como são recebidos os expedientes que visam impugnação de matérias relativas à Execução Penal pelos Órgãos Julgadores do TJ-RJ? Existem soluções que possam tornar mais eficaz e harmônico o sistema recursal em matéria de Execução Penal?

Pretende-se, nessa ordem de ideias, apresentar o funcionamento desse sistema recursal. Na sequência, busca-se apresentar suas disfunções à luz de um estudo de caso, marcado pelo dissenso jurisprudencial acerca do recurso de agravo, o que acena para a adoção de técnicas jurídico-processuais voltadas a uniformizar a resposta jurisprudencial para casos concretos que guardem similitude, o que se faz possível através de uma releitura da jurisprudência à luz, inclusive, de inovações legislativas, que permitem uma nova interpretação do art. 197 da Lei 7.210/84.

Foi aplicado ao estudo o método dedutivo e indutivo, consistente no exame comparado das decisões prolatadas por 7 (sete) Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em determinado *case*, que permitiu observar a orientação dos órgãos julgadores em matéria idêntica, sendo analisadas as soluções adotadas e a possibilidade de adoção de outras, à luz de possível processamento do recurso de agravo em execução como o agravo de instrumento, previsto no Código de Processo Civil.

No presente trabalho é dedicado o Capítulo 1 para abordar os meios de impugnação existentes que possam desafiar as decisões do Juízo da Execução.

Já no capítulo 2 é apresentado um *case*, que permitiu a verificação de diversos modos de impugnação de uma decisão do Juízo da Execução. A partir dessas impugnações, no *case* apresentado, foi possível constatar como 7 (sete) Câmaras Criminais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tratamento e soluções às irresignações que aportaram em seus acervos. Por fim, no Capítulo 3, diante do que fora apurado, são apresentadas soluções jurídicas destinadas a sanar as inconsistências detectadas, de modo a uniformizar a prestação jurisdicional em matéria de Execução Penal no Estado do Rio de Janeiro.

## 1. OS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES DO JUÍZO DA EXECUÇÃO: A SISTEMÁTICA DO RECURSO PREVISTO NO ART. 197 DA LEI 7.210/84 E SEUS SUBSTITUTOS PROCESSUAIS

A quem possa interessar o estudo ou militância em Execução Penal, o que naturalmente inclui o exame das decisões do Juízo da Execução, desde já é oportuna a advertência de se tratar de matéria pouco examinada pela doutrina, por muito tempo “relegada a segundo plano pelos penalistas.<sup>1</sup>”

Nesse contexto, cumpre à jurisprudência, ante o princípio da inafastabilidade da jurisdição, dar solução às questões que aportam nos Juízos e Tribunais, Locais e Superiores.

As soluções adotadas, que este pesquisador defende serem pragmáticas, casuísticas e pouco científicas, formam o arcabouço dessa disciplina. As razões são apresentadas.

O art. 197 da Lei 7.210/84 dispõe que:

Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.” Depreende-se do texto legal que se trata de recurso único e taxativo, previsto na legislação de regência. A prática, comprovada pela jurisprudência, revela coisa diversa. Embora o recurso de agravo, pelo próprio nome, seja um recurso nominado, por opção sistemática neste estudo serão abordados os meios de impugnação das decisões do Juízo da Execução, dentre eles o recurso de agravo.<sup>2</sup>

Em que pese, entretanto, existir uma lei especial para regular a Execução Penal, a própria lei traz previsão no seu art. 2º “A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal.<sup>3</sup>”

Como se verifica, existe uma reserva legislativa para a utilização do uso do Código de Processo Penal, que a melhor interpretação leva à conclusão de que se trata de uso subsidiário.

Convém destacar que subsiste no Código de Processo Penal o livro IV, da execução, que era a fonte primeva que regulamentava o processo de Execução Penal.

Embora tenha vindo a lume a Lei 7.210/84<sup>4</sup>, o Código de Processo Penal não foi expressamente revogado na parte mencionada, sendo apto a produzir efeitos naquilo que a lei especial não cuidar expressamente.

---

<sup>1</sup> GOMES, Luiz Flávio, em MARCÃO, Renato. **Lei de Execução Penal anotada e interpretada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006. p.124.

<sup>2</sup> BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1987 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 21 ago. 2024.

<sup>3</sup> *Ibid.*

<sup>4</sup> *Ibid.*

Nessa ordem de ideias, diante de uma decisão omissa do Juízo da Execução, seria lícito cogitar que o inconformismo tivesse de ser vertido sob forma de agravo, *ex vi legis*.

Entretanto, como afirmado, o Código de Processo Penal não foi revogado expressamente, de modo que decisão omissa do Juízo da Execução reclama a oposição de embargos de declaração, previsto nos artigos 382 e 619 do Código de Processo Penal, *verbis*:

Art. 382. Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambigüidade, contradição ou omissão.

Art. 619. Aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambigüidade, obscuridade, contradição ou omissão.<sup>5</sup>

Como já pôde ser visto, não são únicos os meios de impugnação que desafiam as decisões do Juízo da Execução, motivo pelo qual, para fins deste estudo, optou-se por tratá-los de forma horizontal, a despeito da via escolhida, que sempre é a modificação da decisão.

Sem maior aparte, ainda, do recurso de agravo, a práxis forense consagrou a utilização do chamado pedido de reconsideração. O pedido de reconsideração, antes de se considerar meio impróprio para rever decisões judiciais, cada vez mais tem sido aceito na prática forense. Não se trata de recurso, uma vez que não existe previsão legal para sua existência, ao menos em sede de Execução Penal. Mas, por serem corriqueiros os erros judiciais, esse expediente é uma maneira efetiva de corrigir equívocos judiciais de modo mais célere, menos burocrático e sem os custos que em regra são atrelados aos recursos, exceto em hipótese de gratuidade de justiça.

Entretanto, sem embargo do que fora dito, o pedido de reconsideração, em legislações locais, a exemplo do Regimento Interno do TR-RJ, é considerado um expediente de uso obrigatório, de caráter preliminar para a interposição de recurso correccional.

Transcrevemos, por oportuno, o art. 293 do Regimento Interno do TJ-RJ:

Art. 293. Cabe reclamação da parte ou de órgão do Ministério Público em face das omissões do Juiz e dos despachos irrecorríveis por ele proferidos, que importem em inversão da ordem legal do processo ou resultem de erro de ofício ou abuso de poder. Parágrafo único. Constitui requisito de admissibilidade da reclamação a prévia formulação de pedido de reconsideração ou de supressão da omissão.<sup>6</sup>

Do exposto, demonstrado o uso genérico do pedido de reconsideração, também restou provada sua função como condição prévia de recorribilidade prevista no Regimento Interno do

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 4 de jun. 2024.

<sup>6</sup> RIO DE JANEIRO. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/394161028/Regimento-Interno.pdf/>. Acesso em: 4 de jun. 2024.

TJ-RJ quando se almeja aforar determinado recurso. Trata-se de hipótese, a propósito, de reclamação regimental, sendo mais uma forma de atacar decisão do Juízo da Execução.

No âmbito dos Tribunais, o pedido de reconsideração se reveste de verdadeiro recurso, sendo recebido como agravo regimental, sendo a matéria criminal, ou agravo interno, em se tratando de matéria cível, sendo encaminhado pelo Relator ao Órgão Colegiado acaso não haja juízo de retratação. Nesse sentido, aresto do STJ:

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. EXAME CRIMINOLÓGICO. REALIZAÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME CONCEDIDO. LAUDO ACOSTADO AOS AUTOS DA EXECUÇÃO. IMPETRAÇÃO PREJUDICADA. ALTERAÇÃO FÁTICO-PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Formulado pedido de reconsideração no prazo de 5 dias, é de ser admitido como agravo regimental. [...] 3. Agravo regimental desprovido.<sup>7</sup>

O julgado colacionado foi escolhido por se tratar de pedido de reconsideração contra decisão que indeferiu pleito, ainda que em sede de *habeas corpus*, que almejava rever decisão de Tribunal Local, que a sua vez examinou decisão de Juízo da Execução.

Verifica-se, pelo exposto, que o *habeas corpus* também é utilizado como meio de impugnação de decisões do Juízo da Execução, sendo sua utilização como substituto processual do recurso de agravo matéria das mais controversas, o que será mais bem examinado no Capítulo 2, em um estudo de caso. Adiante-se, no entanto, que enquanto alguns Órgãos Fracionários do TJ-RJ não aceitam o uso do *habeas corpus* como via adequada para atacar decisão do Juízo da Execução, outros admitem e concedem ordens de *habeas corpus* quando entendem pela existência de manifesto constrangimento ilegal, concedendo, apesar da taxatividade da Lei 7.210/84 – quando afirma que o agravo não terá efeito suspensivo –, medidas cautelares ou *habeas corpus* para que seja emprestado efeito suspensivo ao agravo.

Nessa tessitura, a pergunta que se faz é retórica: quem tem razão? A resposta, infelizmente, é a loteria da distribuição. O sucesso da via de impugnação dependerá da sorte do jurisdicionado, o que agride postulados básicos de um saber que almeja cientificidade.

Não obstante as inovações legislativas, voltadas à racionalização da prestação jurisdicional, a exemplo de institutos relativamente novos, como os julgamentos de recursos especiais sob a sistemática de repetitivos, bem como institutos antigos, como as decisões

---

<sup>7</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (6ª Turma). **Habeas Corpus 833.994/SP**. Penal. Processual Penal. Habeas corpus. Associação criminosa. Agravo Regimental. Relator: Min. Antonio Saldanha Palheiro, 20 de setembro de 2023. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num\\_registro=202302199458](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202302199458) Acesso em: 26 jul.2024.

proferidas em sede de controle abstrato de constitucionalidade, enfim, o que há algum tempo se nominam precedentes qualificados em matéria de Execução Penal são casos isolados.

E as soluções, torna-se a dizer, são pragmáticas, casuísticas e pouco científicas.

Tecidas essas considerações, consigne-se que não existe a pretensão, neste trabalho, de esgotar o estudo de todos os meios de impugnação contra as decisões do Juízo da Execução.

Todavia, acredita-se terem sido apresentados os meios mais comuns de impugnação.

À vista disso, a fim de concluir o raciocínio, retorna-se ao recurso de agravo previsto no art. 197 da Lei 7.210/84<sup>8</sup>. Inconformada a parte com a decisão do Juízo da Execução, há diversas maneiras de aforar o recurso de agravo. Para fins práticos, imagine-se uma decisão que tenha indeferido pleito de progressão de regime ao penitente. O fundamento do indeferimento é que o apenado não atingiu lapso temporal por ser reincidente, razão pela qual deve cumprir fração maior da reprimenda. Todavia, não percebeu o Juízo que já transcorreu o prazo depurador da reincidência prevista no art. 64 do Código Penal.<sup>9</sup>

A parte inconformada, através do seu defensor, pode formular pedido de reconsideração, com as razões que entender pertinentes, pugnando pela concessão do benefício e, subsidiariamente, caso não reconsiderada a decisão, seja recebido o pedido como recurso de agravo. Deve-se ter em mira que o pedido de reconsideração não interrompe prazo para recorrer, devendo ser formulado dentro do prazo de interposição do recurso de agravo. O prazo, por inépcia legislativa, sequer foi fixado na Lei.

E, como solução jurisprudencial, adotou-se o prazo de 5 (cinco) dias, observando-se o prazo de outros agravos existentes em Processo Penal, a exemplo do previsto na Lei 8.038/90.<sup>10</sup>

A matéria foi sumulada pelo STF em seu verbete 700 da jurisprudência dominante: “Súmula 700. É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.”<sup>11</sup>

<sup>8</sup> BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1987 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 21 ago. 2024.

<sup>9</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 4 de jul. 2024.

<sup>10</sup> BRASIL. **Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990**. Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8038.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.038%2C%20DE%2028,e%20o%20Supremo%20Tribunal%20Federal.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20%2D%20Dilig%C3%AAncias%20complementares%20poder%C3%A3o,interrup%C3%A7%C3%A3o%20do%20prazo%20deste%20artigo..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8038.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.038%2C%20DE%2028,e%20o%20Supremo%20Tribunal%20Federal.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20%2D%20Dilig%C3%AAncias%20complementares%20poder%C3%A3o,interrup%C3%A7%C3%A3o%20do%20prazo%20deste%20artigo..) Acesso em: 4 de jul. 2024.

<sup>11</sup> BRASIL. **Súmulas do STF**. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=3633>. Acesso em: 12 de jul. 2024.



Adotou-se o rito do recurso em sentido estrito, previsto no art. 581 do Código de Processo Penal,<sup>12</sup> devendo o recurso de agravo ser interposto junto ao Juízo da Execução, que determinará abertura de vista ao agravado para contrarrazões e, ao fim, poderá se retratar da decisão (em juízo regressivo próprio de poucos recursos) ou, caso a mantenha, encaminhará os autos ao Órgão Revisor.

O recorrente poderá ainda interpor o recurso dentro do quinquídio legal, pugnando por posterior abertura de vista para apresentação das razões, que deverão ser apresentadas também no mesmo prazo, ou poderá interpor o recurso já arrazoadado e formado o instrumento, tal como ocorre no recurso em sentido estrito, sendo distintos o prazo e as hipóteses de cabimento.

## **2. UM ESTUDO DE CASO: UMA DECISÃO CONJUNTA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO E SEUS REFLEXOS NOS ÓRGÃOS FRACIONÁRIOS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TJ-RJ**

Para demonstrar as evidências defendidas neste trabalho, quais sejam, a ausência de uniformidade nos meios utilizados para a modificação de uma decisão do Juízo da Execução, é trazido a lume um case, consistente em uma decisão da Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro, datada de 19 de junho de 2023, prolatada nos autos da execução penal de 26 (vinte e seis) apenados, sendo criados 26 (vinte e seis) incidentes para cada preso.

A decisão que ora se apresenta foi extraída do Incidente de Transferência entre Estabelecimentos Penais nº 5007219-26.2023.8.19.0500<sup>13</sup>, reproduzida nos demais incidentes de maneira idêntica. A referida decisão foi objeto de severas críticas, pois nela se tentou, em fundamentação *per raltione*, emprestar solução jurídica a representações da autoridade administrativa que não eram idênticas, ao menos em sua totalidade, nem idênticas as condições objetivas e subjetivas dos penitentes, tratando-se de ato político, o que não se afirma pela opinião deste pesquisador, mas se extrai da própria decisão e dos recursos que a modificaram.

Por oportuno, para fins de contextualização, serão transcritos os trechos que importam da decisão, conforme adiante se alinha:

<sup>12</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 4 de jun. 2024.

<sup>13</sup> RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vara de Execuções Penais. **Incidente de Transferência entre Estabelecimentos Prisionais nº 5007219-26.2023.8.19.0500**. Juiz de Direito Marcel Laguna Duque Estrada, em 19 de junho de 2023. Disponível em [https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?\\_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb76950d5f683b7d3f3a2b8f43a5f142aa4f8](https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb76950d5f683b7d3f3a2b8f43a5f142aa4f8). Acesso em: 14 de jan. 2024.

[...] Trata [m] -se de 26 (vinte e seis) requerimentos encaminhados pela Secretaria de Estado de Polícia Civil, acompanhados de relatórios de inteligência, solicitando concordância com a inclusão dos apenados relacionados em epígrafe, em unidades prisionais federais (processos supra). [...]

Por tal motivo, os pedidos serão decididos em conjunto. [...] ISTO POSTO, é manifestada pelo Juízo de origem – Vara de Execuções Penais do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – a concordância com as transferências para admiti-las nos exatos termos dos requerimentos, na forma do artigo 5º, §§ 5º e 6º, da Lei nº 11.671/2008 c/c artigo 9º e seus parágrafos, do Decreto nº 6.877/2009, pelo prazo inicial de 03 (três) anos na forma da lei [...]¹⁴

Através da decisão supramencionada se pretendeu sustentar a transferência de 26 (vinte e seis) presos que cumpriam pena em unidades prisionais do Estado do Rio de Janeiro para o Sistema Prisional Federal.

A decisão, contudo, não foi muito bem-sucedida, o que se confirma pela quantidade de impugnações que tiveram êxito em desconstituí-la, convindo coligir todas as impugnações formuladas contra o referido *decisum*, bem como o resultado de tais impugnações e os efeitos produzidos em cada incidente. Ante, contudo, convém que se assinale algumas premissas.

Não serão enumerados os recursos de agravo, haja vista que, de todos interpostos, nenhum teve o condão de modificar a decisão atacada, seja porque lhes fora negado provimento ou porque houve perda de objeto, tendo havido modificação da decisão nos respectivos incidentes por força de decisões e acórdãos prolatados em sede de *habeas corpus*, que serão enumerados oportunamente, adiante.

Também não serão objeto de considerações decisões prolatadas pelos Juízos Federais Corregedores, que promoveram alterações sobre os incidentes autuados, por fugirem do objeto deste estudo, que foram os meios de impugnação utilizados para combater a decisão do Juízo da Execução.

De igual modo, não serão objeto de destaque medidas aforadas junto aos Tribunais Superiores, posto tais incidentes tinham por objeto de insurgência diretamente as decisões e acórdãos dos Órgãos Fracionários do TJ-RJ, havendo ataque indireto à decisão do Juízo da Execução.

---

¹⁴ RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vara de Execuções Penais. **Incidente de Transferência entre Estabelecimentos Prisionais nº 5007219-26.2023.8.19.0500**. Juiz de Direito Marcel Laguna Duque Estrada, em 19 de junho de 2023. Disponível em [https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?\\_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb76950d5f683b7d3f3a2b8f43a5f142aa4f8](https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb76950d5f683b7d3f3a2b8f43a5f142aa4f8). Acesso em: 14 de jan. 2024.

Fincadas essas premissas, segue-se que dos 26 (vinte e seis) incidentes instaurados, 1 (um) foi extinto pelo próprio Juízo da Execução por duplicidade, o de nº 5007230-55.2023.8.19.0500.<sup>15</sup>

Dos 25 (vinte e cinco) demais incidentes, houve lance de agravo em execução e *habeas corpus* em 24 (vinte e quatro) incidentes.

Em razão de critérios de prevenção, os agravos em execução que aportaram no Tribunal tiveram distribuição para o mesmo Órgão Fracionário que os *habeas corpus*, sendo certo que em muitos casos os agravos sequer chegaram a ser distribuídos ao Tribunal, visto que a matéria restou resolvida definitivamente no *habeas corpus*, de tramitação mais célere.

Em poucos incidentes houve a interposição de mais de um meio de impugnação, seja recurso de agravo ou *habeas corpus*. Entretanto, como já alertado, serão referenciados somente os *habeas corpus*, posto que nenhum dos agravos modificou a decisão recorrida, sendo certo ainda que pela numeração de cada *habeas corpus* é possível identificar o incidente originário.

Nesse passo, segue-se que os *mandamus* foram distribuídos nas seguintes proporções entre os Órgãos Fracionários do TJ-RJ: 1º Câmara Criminal, 5 (cinco); 2º Câmara Criminal, 3 (três); 4ª Câmara Criminal, 2 (dois); 5ª Câmara Criminal, 2 (dois); 6º Câmara Criminal, 4 (quatro); 7ª Câmara Criminal, 3 (três); e 8º Câmara Criminal, 5 (cinco).<sup>16</sup>

Os julgamentos, naturalmente, possuem as particularidades de cada órgão julgador. À vista disso, sem prejuízo à fidedignidade do que fora decidido, é possível e se faz necessário sintetizar as decisões prolatadas. Nesse contexto, por ser o que importa, serão apresentados os resultados dos julgamentos dos *habeas corpus* em cada Órgão Fracionário, sem menção de recursos contra as decisões, pois o objeto deste trabalho é apresentar o comportamento dos Órgãos Fracionários, a fim de que seja possível extrair conclusões acerca de um padrão decisório ou sua ausência. Assim, é possível sintetizar 2 (dois) cenários principais, quais sejam, a denegação da ordem ou a concessão da ordem para cassar a decisão do Juízo da Execução. Houve pontuais exceções aos cenários descritos, que por ocasião da transcrição dos resultados dos julgamentos serão esclarecidas.

Fincadas essas considerações, segue-se para os resultados, na ordem em que apresentados nos parágrafos anteriores.

<sup>15</sup> RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vara de Execuções Penais. **Agravo em Execução nº 5007230-55.2023.8.19.0500**. Juiz de Direito Marcel Laguna Duque Estrada, em 23 de junho de 2023. Disponível em [https://seu.pje.jus.br/seu/arquivo.do?\\_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb7690b6dc3eeec084601b8f43a5f142aa4f8](https://seu.pje.jus.br/seu/arquivo.do?_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb7690b6dc3eeec084601b8f43a5f142aa4f8). Acesso em: 14 de jan. 2024.

<sup>16</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em [https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos\\_jud/processos\\_jud](https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos_jud/processos_jud) Acesso em: 27 ago.2024.

Dos *habeas corpus* julgados pela 1ª Câmara Criminal, quais sejam, 0046527-05.2023.8.19.0000, 0047829-69.2023.8.19.0000, 0047806-26.2023.8.19.0000, 0046734-04.2023.8.19.0000 e 0048087-79.2023.8.19.0000,<sup>17</sup> observou-se o seguinte resultado: no primeiro, a Exma. Relatora negou seguimento ante a ausência de interesse da parte, pois o procedimento de origem foi arquivado pelo Juízo da Execução. Nos demais, a ordem foi concedida para cassar a decisão do Juízo da Execução.

Dos *habeas corpus* julgados pela 2ª Câmara Criminal, quais sejam, 0047970-88.2023.8.19.0000, 0047934-46.2023.8.19.0000 e 0046729-79.2023.8.19.0000<sup>18</sup>, observou-se o seguinte resultado: em todos, foi denegada a ordem.

Dos *habeas corpus* julgados pela 4ª Câmara Criminal, quais sejam, HC 0047800-19.2023.8.19.0000 e HC 0047867-81.2023.8.19.0000<sup>19</sup>, observou-se o seguinte resultado: em ambos foi negado seguimento aos *habeas corpus* pela Exma. Relatoria, sendo negado provimento pelo colegiado aos agravos internos interpostos.

Dos *habeas corpus* julgados pela 5ª Câmara Criminal, quais sejam, 0047662-52.2023.8.19.0000 e Nº 0047848-75.2023.8.19.0000<sup>20</sup>, observou-se o seguinte resultado: no primeiro, a ordem foi concedida para cassar a decisão do Juízo da Execução. No segundo, o *habeas corpus* foi extinto sem resolução do mérito por decisão monocrática da Exma. Relatoria, não tendo havido julgamento pelo colegiado.

Dos *habeas corpus* julgados pela 6ª Câmara Criminal, quais sejam, 0047706-71.2023.8.19.0000, 0046722-87.2023.8.19.0000, HC 0047567-22.2023.8.19.0000 e 0004697-25.2024.8.19.000<sup>21</sup>, observou-se o seguinte resultado: nos 3 (três) primeiros, a ordem foi concedida para cassar a decisão do Juízo da Execução. Quanto ao último, foi deferida a liminar para suspender a decisão do Juízo da Execução. No mérito, entretanto, o *writ* foi extinto sem julgamento de mérito, porquanto interposto agravo em execução, autuado sob o nº 5007215-86.2023.8.19.0500, o mesmo teve negado provimento, o que tornou prejudicada a impetração.

Dos *habeas corpus* julgados pela 7ª Câmara Criminal, quais sejam, 0048045-30.2023.8.19.0000, 0049219-74.2023.8.19.0000 e 0047911-03.2023.8.19.0000<sup>22</sup>, observou-se o seguinte resultado: em todos a ordem foi concedida para cassar a decisão do Juízo da Execução.

---

<sup>17</sup>BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível [https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos\\_jud/processos\\_jud](https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos_jud/processos_jud) Acesso em: 27 ago.2024.

<sup>18</sup>*Ibid.*

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> *Ibid.*

<sup>22</sup> *Ibid.*

Dos *habeas corpus* julgados pela 8ª Câmara Criminal, quais sejam, 0049386-91.2023.8.19.0000, 0047254-61.2023.8.19.0000, 0048033-16.2023.8.19.0000, 0046731-49.2023.8.19.0000, 0046680-38.2023.8.19.0000 e 0087874-18.2023.8.19.0000<sup>23</sup>, observou-se o seguinte resultado: nos 3 (três) primeiros foi denegada a ordem. No quarto, a ordem foi concedida para cassar a decisão do Juízo da Execução. O quinto e sexto possuem uma conexão – não no sentido técnico dos termos, mas por derivarem do mesmo procedimento de origem –: no quinto, a ordem foi concedida para cassar a decisão do Juízo da Execução, a fim de que outra fosse prolatada. Prolatada nova decisão, fora a mesma foi objeto do sexto *habeas corpus*, que ao final não foi conhecido.

Diante do que pôde ser observado através da análise das decisões relacionadas é possível extrair conclusões, tendentes não a uniformizar a jurisprudência, mas a forma de trabalho dos Órgãos Fracionários e sua racionalização.

### 3. A FUNÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO ÂMBITO DE REGULAMENTAÇÃO DO RECURSO DE AGRAVO: REFLEXOS NA EXECUÇÃO DA PENA

Antes da apresentação das conclusões angariadas no capítulo anterior, convém destacar duas decisões, prolatadas em sede de liminar e, portanto, não analisadas, devendo ser ressaltado que as conclusões extraídas do tanto quanto já fora exposto estão umbilicalmente ligadas com o título deste capítulo.

Existe, dentre as decisões prolatadas em sede de liminar, duas que, de alguma forma, possuem maior peculiaridade e, por isso, receberão especial atenção, uma vez que representam o resultado jurídico pretendido quando interposto o recurso de agravo.

Nas duas hipóteses, verificadas nos *habeas corpus* 0047567-22.2023.8.19.0000<sup>24</sup> e 0047911-03.2023.8.19.0000<sup>25</sup>, julgadas respectivamente pela 6ª e 7ª Câmaras Criminais, a liminar foi “deferida para conceder efeito suspensivo ao agravo em execução interposto até seu

<sup>23</sup>RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos\\_jud/processos\\_jud](https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos_jud/processos_jud) Acesso em: 27 ago.2024.

<sup>24</sup> BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (6. Câmara). **Habeas Corpus nº 0047567-22.2023.8.19.0000**. Vara de Execução Penal. Relator: Des. Fernando Antônio de Almeida, 14 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004ACBECCFD5A4C87E97346C640EB8C33EBC51529173520&USER=bb4573206f4a50ed0459003dba19173d>. Acesso em: 27 set.2024.

<sup>25</sup> RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (7. Câmara). **Habeas Corpus nº 0047911-03.2023.8.19.0000**. Vara de Execução Penal. Relator: Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto, 25 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004448481DA3B0F7E352BA32A2BB7F708EBC51517185158&USER=bb4573206f4a50ed0459003dba19173d>. Acesso em: 27 set.2024.

julgamento definitivo.”<sup>26</sup> Não se trata de decisões isoladas no âmbito do Tribunal, embora nas hipóteses em comento tenham se destacado dentre os 26 (vinte e seis) *habeas corpus* examinados. Em alguns casos, o efeito suspensivo ao agravo – que *ex vi legis* não possui esse efeito – pode ser concedido pelo Juízo da Execução, a depender da excepcionalidade da medida.

A título de exemplo, transcrevemos decisão da Vara de Execuções Penais do Estado do Rio de Janeiro, que concedeu efeito suspensivo ao recurso de agravo interposto pela defesa do executado, tendo a decisão sido lavrada nos seguintes termos:

Venham as despesas processuais. Inobstante, suspendo parcialmente a decisão de encaminhamento ao SPF até o julgamento do agravo, entretanto, mantendo o apenado na Penitenciária Laercio da Costa Pellegrino (Bangu I) mantendo a determinação, ainda, da inclusão preventiva do reeducando no Regime Disciplinar Diferenciado, com base no art. 60 da Lei nº 7210/84.<sup>27</sup>

Como se constata da decisão, o Exmo. Magistrado do Juízo da Execução concedeu efeito suspensivo a agravo em execução interposto perante o juízo, não tendo sido necessário, no caso retratado, a interposição de qualquer recurso em segunda instância para que fosse atribuído o efeito suspensivo pretendido, diversamente dos casos ventilados no capítulo anterior, nos quais as defesas conseguiam, no máximo, suspender o efeito da decisão até o julgamento do *habeas corpus* pelo Órgão Fracionário do Tribunal, à exceção das duas liminares concedidas para que fosse atribuído efeito suspensivo ao recurso de agravo interposto.

Postas essas considerações, passa-se a examinar a função da jurisprudência na regulamentação do recurso de agravo, previsto no art. 197 da Lei 7.210/84, bem como seus reflexos na execução da pena. A dicção do art. 197 da Lei 7.210/84 se afigura taxativa. Ei-la: “Art. 197. Das decisões proferidas pelo Juiz caberá recurso de agravo, sem efeito suspensivo.”<sup>28</sup>

É de se indagar, dada a literalidade da redação, se existe margem para o intérprete conferir outra interpretação à norma senão a que se pode extrair da letra da Lei. A resposta, à primeira vista, parece negativa. Contudo, se o intérprete conferir validade à literalidade do texto legal, poderá indeferir o efeito suspensivo por ausência de previsão legal e, assim agindo, permitir, por ausência de instrumentos processuais hábeis, a ocorrência de um dano irreparável ou de difícil reparação.

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> RIO DE JANEIRO. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vara de Execução Penais. **Carta de Execução de Sentença nº 0374860-23.2002.8.19.0001**. Juiz de Direito Marcello Rubioli, em 4 de setembro de 2021. Disponível em: [https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?\\_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7750d06428e7d3a3713f49a1eb8cfa076b8f43a5f142aa4f8](https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7750d06428e7d3a3713f49a1eb8cfa076b8f43a5f142aa4f8) cesso em: 27 set.2024.

<sup>28</sup> BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1987 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 21 ago. 2024.

Noutro giro, acaso entenda que o caso concreto reclame solução diversa, não prevista em Lei, mas que tenha em mira proteger direitos de maior envergadura, como as garantias fundamentais do preso e, no caso, a duração razoável do processo<sup>29</sup>, deverá o Magistrado se utilizar de normas constitucionais – supraleais por natureza –, de modo a produzir decisão que melhor atenda à proteção dos bens jurídicos tutelados.

O estudo de caso apresentado no capítulo anterior revelou decisões deveras divergentes prolatadas por órgãos do mesmo Tribunal, seja quanto ao tratamento dos meios de impugnação, seja no que diz respeito ao mérito das decisões. Embora algum dissenso jurisprudencial seja aceitável e até mesmo sadio, sabe-se que mudanças na jurisprudência são necessárias diante da mutação da realidade.

Nesse sentido, oportuna é afirmação de Larenz:

De par com a alteração da situação normativa, existem factos tais como, sobretudo, modificações na estrutura da ordem jurídica global, uma nítida tendência da legislação mais recente, um novo entendimento da ratio legis ou dos critérios teleológico-objectivos, bem como a necessidade de adequação do Direito pré-constitucional aos princípios constitucionais, que podem provocar uma alteração de interpretação. Disto falámos nós já. Os tribunais podem abandonar a sua interpretação anterior porque se convenceram que era incorrecta, que assentava em falsas suposições ou em conclusões não suficientemente seguras. Mas ao tomar em consideração o factor temporal, pode também resultar que uma interpretação que antes era correcta agora não o seja.<sup>30</sup>

À luz dessas balizas doutrinárias, verifica-se que a interpretação que outrora se conferia ao art. 197 da Lei 7.210/84<sup>31</sup> já não se coaduna com a realidade que hoje se apresenta.

É de se anotar, antes do mais, uma lacuna legislativa, pois embora conste da Lei 7.210/84 que contra as decisões do Juízo da Execução cabe recurso de agravo, não constou do diploma normativo seu procedimento.

A partir desse vácuo normativo se formou uma jurisprudência que, à míngua de solução legal, tomou emprestado o procedimento do recurso em sentido estrito, previsto no art. 581 do Código de Processo Penal<sup>32</sup>, para empregá-lo no recurso de agravo em execução.

O que pode ser constatado na *práxis* forense hodierna é que a solução já se revela ultrapassada, o que exige seja revisitada pela doutrina e jurisprudência.

<sup>29</sup> BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jul. 2024.

<sup>30</sup> LARENZ Karl, **Metodologia da Ciência do Direito**, 3. ed. Calouste: Lisboa, 1997, p. 498-500

<sup>31</sup> BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1987 Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: 21 ago. 2024.

<sup>32</sup> BRASIL. **Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 4 de jun. 2024.

Como o entendimento atual sobre o procedimento do recurso de agravo é de conhecimento e longo, convém apresentar apenas entendimento diverso.

Os esclarecimentos iniciais sobre o histórico do recurso de agravo foi objeto de artigo de Ana Victoria de Paula Souza Mathis, que em sua pesquisa desmistifica os motivos pelos quais o agravo em execução é processado sob o rito do recurso em sentido estrito.

Vejamos, pois, as razões:

O recurso de agravo não foi regulamentado pela Lei de Execução Penal, isso porque tramitava no Congresso Nacional o Projeto Lei do Senado 1.655 de 1983, que instituiria o novo Código de Processo Penal e havia a expectativa da sua aprovação simultaneamente à Lei de Execução Penal. Naquele projeto havia a previsão do recurso de agravo, razão pela qual, seria desnecessária a regulamentação do agravo no bojo da Lei de Execução Penal. Contudo, malogrou a aprovação do novo Código de Processo Penal de 1983. A Lei de Execução Penal, por sua vez, foi aprovada com a criação do recurso de agravo no processo penal sem que houvesse a previsão legal de seu procedimento.<sup>33</sup>

Diante da celeuma criada, alguns posicionamentos se firmaram. Respeitável parte da doutrina compreendeu que, à míngua de regulamentação na Lei de Execução Penal acerca do procedimento, deveria ser utilizado o procedimento do agravo de instrumento, previsto no Código de Processo Civil. Ao que interessa, segue-se mais um trecho do referido artigo:

A primeira corrente [...] entende que, como no sistema do Código de Processo Penal não há o recurso de agravo, o procedimento a ser seguido na execução penal é o do regime do Código de Processo Civil. Explica Ada Pellegrini Grinover que a Lei de Execução Penal não regulamentou o procedimento do agravo, pois o projeto do Código de Processo Penal que estava em discussão o faria, sendo certo pois, que o agravo previsto na Lei de Execução Penal corresponderia ao agravo de instrumento que seria regulamentado no Código de Processo Penal em estudo. E conclui afirmando que “mais adequado o outro entendimento no sentido de que deve ser adotado o rito do agravo do Código de Processo Civil, por aplicação analógica e porque essa era a clara intenção do legislador.”<sup>34</sup>

Defende-se neste trabalho posição que já era defendida por abalizada doutrina.

Como o Código de Processo Civil de 2015, no seu art. 1.015, regulamenta o agravo de instrumento, não existiria nenhum óbice, ante a ausência normativa em sentido contrário, de que seu procedimento fosse utilizado no processamento do agravo em execução.

Importante frisar duas situações, quais sejam: a uma, o recurso seria interposto diretamente no Tribunal, o que pouparia tempo ao jurisdicionado, haja vista que no Estado do Rio de Janeiro o recurso de agravo é autuado em primeira instância e recebe nova autuação quando aporta no Tribunal, o que revela perda de tempo útil, que malfeire o princípio da duração

<sup>33</sup>MATHIS, Ana Victoria de Paula Souza. **Agravo em execução**. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/439/edicao-1/agravo-em-execucao>. Acesso em: 15 set. 2024.

<sup>34</sup>*Ibid.*



razoável do processo. A duas, o agravo de instrumento, previsto no Código de Processo Civil, prevê no seu art. 1.019, inciso I<sup>35</sup>, a possibilidade de concessão de efeito suspensivo.

A adoção dessa medida traria maior celeridade na tramitação do recurso de agravo, sendo certo que a concessão de efeito suspensivo resolveria o problema da urgência, que muitas vezes se busca resolver através de “gambiarras processuais”, como o manejo de *habeas corpus* nos quais, em sede liminar, é requerida a concessão de efeito suspensivo ao agravo.

Dessa maneira, em vez de se conferir efeito suspensivo por meio de liminar em *habeas corpus*, que são deferidas de forma casuística, poderia ser adotado o rito do agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil, que prevê a possibilidade da concessão de efeito suspensivo contra ato que possa resultar risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

No estudo de caso apresentado no capítulo anterior, todos os *habeas corpus* interpostos tinham por finalidade conferir efeito suspensivo ao recurso de agravo interposto ou suspender a eficácia da decisão do Juízo da Execução até o julgamento final do *writ*.

No caso concreto apresentado, cuidavam-se de remoções emergenciais de presos para o Sistema Prisional Federal, hipótese na qual, se esperassem os defensores dos presos a vagarosa tramitação do agravo em execução, tal como hoje é processado, todos aqueles sujeitos ao comando da mesma decisão teriam sido removidos para o Sistema Prisional Federal, de modo a suportarem dano irreparável ou de difícil reparação.

Ou seja, o agravo em execução não possui o condão de tutelar, de modo eficaz, os direitos e garantias fundamentais do preso, a exemplo do direito à duração razoável do processo, como já sinalizado alhures.

Nessa perspectiva, o uso do agravo de instrumento, previsto no Código de Processo Civil, é a única maneira de rever, a contento, decisões do Juízo da Execução, o que contribuiria para o afastamento do subjetivismo do intérprete, que prolataria decisões com fundamentação normativa em vez de decisões eminentemente casuísticas.

Revela-se salutar, em tal conjuntura, que seja padronizada a prestação jurisdicional em matéria recursal que cuide de reexame de decisão prolatada em autos de execução penal, a fim de que o jurisdicionado possa se utilizar de meios seguros e eficazes para reverter uma decisão que lhe foi desfavorável, sem que tenha de depender do entendimento que cada Órgão Fracionário possui quanto ao recebimento dos meios de impugnação, afastando-se, como ocorre

---

<sup>35</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 29 jun. 2024.

na utilização do *habeas corpus*, as também casuísticas decisões de negativa de seguimento ou não conhecimento.

Afinal, o sistema recursal, de um modo geral, deve ser o mesmo para todos

## CONCLUSÃO

Após o escrutínio das questões examinadas neste trabalho, extraídas de um estudo de caso, foi possível confrontar as soluções adotadas por 7 (sete) Câmaras Criminais do TJ-RJ sobre a mesma matéria, o que valida as conclusões alcançadas, porém com pontuais ressalvas.

Não foi possível um exame da matéria de forma qualitativa e quantitativa dados os limites que o caso estudado impôs, porquanto as impugnações movidas em face do Juízo da Execução não foram distribuídas igualmente entre as 8 (oito) Câmaras Criminais do Tribunal.

Em razão da ausência de livre distribuição ou prevenção, nenhuma das vias impugnativas no caso estudado foi apreciada pela Terceira Câmara Criminal do TJ-RJ, fato que merece registro.

Contudo, a despeito de algumas insurgências terem sido encaminhadas em maior número a um ou outro Órgão Fracionário, o que se considerou foi a uniformidade das decisões emanadas por esses órgãos jurisdicionais, o que permitiu concluir como cada uma dessas unidades do Poder Judiciário se posiciona diante de determinada matéria – há hipótese, qual tratamento dispensam aos meios de impugnação contra decisões do Juízo da Execução recebidos em seu acervo. Convém trazer a talho o fato dessas decisões terem sido proferidas dentro de um mesmo período, posto que todas as vias impugnativas se voltaram contra o mesmo ato judicial.

Nesse passo, considerando a celeridade na tramitação de *habeas corpus*, o meio de impugnação que efetivamente foi usado pela defesa dos presos sujeitos ao comando da “decisão conjunta”, vide os examinados, não há de se cogitar que uma possível alteração na composição dos membros das Câmaras Criminais teria o condão de interferir nos resultados observados, o que se afirma pelo fato dos desembargadores gozarem da garantia constitucional da inamovibilidade.

Fincadas essas considerações, ao final deste estudo foram alcançadas algumas conclusões, a seguir descritas.

A primeira e principal conclusão é que o recurso de agravo previsto no art. 197 da Lei 7.210/84 não é a única via de impugnação contra as decisões do Juízo da Execução. Restou

comprovado que o recurso de agravo é medida insuficiente para as tutelas de extrema urgência em matéria criminal, sendo utilizado como sucedâneo recursal o *habeas corpus*, que de acordo com o que fora apresentado se demonstrou um dos meios mais eficazes para a tutelar questões havidas no curso da execução penal.

À luz dessas percepções, verificou-se também que o uso do *habeas corpus* possui condições de, no caso concreto, atribuir efeito suspensivo ao recurso de agravo – que *ex vi legis* não é dotado de tal efeito – ou suspender a eficácia do ato ilegal combatido. Isso reforça o que fora dito alhures: os Órgãos Fracionários do TJ-RJ que, em regra, deixam de conhecer de *habeas corpus* interpostos contra decisões do Juízo da Execução ao fundamento de que o recurso apropriado para tanto é o agravo em execução, previsto no art. 197 da Lei 7.210/84, excepcionalmente concedem a ordem de ofício para sanar dano irreparável, a exemplo do caso concreto estudado.

Tais decisões, nessa linha de inteligência, são notadamente casuísticas, o que malfez a desejada segurança jurídica, posto que o destino do jurisdicionado resta ao alvedrio do indesejado subjetivismo do intérprete. Não é possível saber, nessa ordem de ideias, em quais circunstâncias será concedido, em sede de *habeas corpus* – seja em liminar ou no mérito –, o efeito suspensivo a um recurso de agravo ou a suspensão do ato combatido.

Isso aponta para a derradeira conclusão, qual seja, a possibilidade de utilização do agravo de instrumento, previsto no art. 1.015 do Código de Processo Civil, a fim de que seja possível atribuir ao recurso efeito suspensivo, nos termos do art. 1.019, inciso I, do Código de Processo Civil, e desse modo impedir que se consume um dano irreparável ou de difícil reparação ao preso quando a decisão do Juízo da Execução lhe seja desfavorável.

Conforme demonstrado ao longo deste artigo, estudiosos de proa em Execução Penal já alertavam há muito sobre a possibilidade do uso do agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil de outrora, já revogado, em processos de execução penal, justamente pela possibilidade da concessão de efeito suspensivo, o que a reboque tem o condão de eliminar do Juízo da Execução atividades notadamente burocráticas, visto que a maioria das decisões do Juízo da Execução, em juízo regressivo de retratação – próprio do recurso de agravo –, são “mantidas pelos seus próprios fundamentos,” o que transforma o Juízo da Execução, nesse particular, em uma Corte de passagem, pois a experiência revela que o agravo em execução penal interposto terá desfecho somente no Tribunal. Assim, o agravo de instrumento na execução penal teria de melhores condições de prestigiar a duração razoável do processo, bem como maximizar a efetividade da prestação jurisdicional.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 4 de jul. 2024.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941**. Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 4 de jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 29 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, 1987. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm). Acesso em: 21 ago. 2024.

BRASIL. **Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990**. Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8038.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.038%2C%20DE%20e%20o%20Supremo%20Tribunal%20Federal.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20%2D%20Dilig%C3%A4ncias%20complementares%20poder%C3%A3o,interrup%C3%A7%C3%A3o%20do%20prazo%20deste%20artigo..](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8038.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.038%2C%20DE%20e%20o%20Supremo%20Tribunal%20Federal.&text=%C2%A7%201%C2%BA%20%2D%20Dilig%C3%A4ncias%20complementares%20poder%C3%A3o,interrup%C3%A7%C3%A3o%20do%20prazo%20deste%20artigo..) Acesso em: 4 de jul. 2024.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (6. Turma). **Habeas Corpus 833.994/SP**. Penal. Processual Penal. Habeas corpus. Associação criminosa. Agravo Regimental. Relator: Min. Antonio Saldanha Palheiro, 20 de setembro de 2023. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num\\_registro=202302199458](https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?num_registro=202302199458) Acesso em: 26 jul.2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula 700**. Brasília, DF: STF, 2003. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=30&sumula=3633>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Incidente de Transferência entre Estabelecimentos Prisionais nº 5007219- 26.2023.8.19.0500**. Juiz de Direito Marcel Laguna Duque Estrada, 19 de junho de 2023. Disponível em: [https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?\\_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb76950d5f683b7d3f3a2b8f43a5f142aa4f8](https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7fc090928dd6fb76950d5f683b7d3f3a2b8f43a5f142aa4f8). Acesso em 14 jan. 2024.

GOMES, Luiz Flávio, MARCÃO, Renato. **Lei de Execução Penal anotada e interpretada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2006.

LARENZ Karl, **Metodologia da Ciência do Direito**, 3. ed. Calouste: Lisboa, 1997.

MATHIS, Ana Victoria de Paula Souza. Agravo em execução. **Enciclopédia Jurídica da PUCSP**, São Paulo, ago.2020. Disponível em:  
<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/439/edicao-1/agravo-em-execucao>. Acesso em: 15 set. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: TJRJ, 2023. Disponível em  
<https://portaltj.tjrj.jus.br/documents/10136/394161028/Regimento-Interno.pdf/>. Acesso em: 4 de jun. 2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (6. Câmara). **Habeas Corpus nº 0047567-22.2023.8.19.0000**. Vara de Execução Penal. Relator: Des. Fernando Antônio de Almeida, 14 de setembro de 2023. Disponível em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004ACBECCFD5A4C87E97346C640EB8C33EBC51529173520&USER=bb4573206f4a50ed0459003dba19173d>. Acesso em: 27 set.2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. (7. Câmara). **Habeas Corpus nº 0047911-03.2023.8.19.0000**. Vara de Execução Penal. Relator: Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto, 25 de agosto de 2023. Disponível em:  
<https://www3.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?UZIP=1&GEDID=0004448481DA3B0F7E352BA32A2BB7F708EBC51517185158&USER=bb4573206f4a50ed0459003dba19173d>. Acesso em: 27 set.2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Vara de Execução Penais. **Carta de Execução de Sentença nº 0374860-23.2002.8.19.0001**. Juiz de Direito Marcello Rubioli, em 4 de setembro de 2021. Disponível em:  
[https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?\\_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7750d06428e7d3a3713f49a1eb8cfa076b8f43a5f142aa4f8](https://seeu.pje.jus.br/seeu/arquivo.do?_tj=c31c048f2b62f2b26f58bee8f5c13ec7750d06428e7d3a3713f49a1eb8cfa076b8f43a5f142aa4f8) cesso em: 27 set.2024.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**. Disponível  
[https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos\\_jud/processos\\_jud](https://www.tjrj.jus.br/consultas/processos_jud/processos_jud) Acesso em: 27 ago.2024.